RELATÓRIO ANUAL

Cruzeiro Esporte Clube
Em Recuperação Judicial

31 de dezembro de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **gestão do presidente Lidson Potsch** caracteriza-se por elevado rigor administrativo e compromisso institucional com o fortalecimento do **Cruzeiro Esporte Clube – Associação**. Seu período à frente da entidade representa um marco de modernização, responsabilidade e valorização do patrimônio social e esportivo, orientado por princípios de sustentabilidade, eficiência e aprimoramento contínuo dos serviços prestados aos associados.

O **Cruzeiro Esporte Clube – Associação**, fundado em 2 de janeiro de 1921 e sediado em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma entidade associativa sem fins lucrativos, dedicada à promoção de atividades sociais, culturais, esportivas e de lazer, bem como ao desenvolvimento e difusão da prática esportiva em diversas modalidades.

Nos anos que antecederam a presente Gestão, a instituição enfrentou expressivo desequilíbrio econômico-financeiro, decorrente do aumento do endividamento e da assunção de obrigações incompatíveis com sua capacidade de geração de receitas. A partir de 2021, foram implementadas medidas estruturantes de reequilíbrio, viabilizadas pela Lei nº 14.193/2021 (Lei da SAF), possibilitando reorganização administrativa e reestruturação operacional.

Em 2022, o Clube ingressou em **Recuperação Judicial**, com plano aprovado em 2023 e execução regular desde então, assegurando maior previsibilidade e organização do passivo.

No exercício de 2024, observou-se a retomada da organização operacional, com foco nos clubes sociais, resultando em avanços expressivos: crescimento de 32% nas receitas de associados, expansão de 600% nos eventos sociais, ampliação de parcerias e início da regularização de passivos operacionais, incluindo renegociação com a COPASA.

Em 2025, consolidou-se um cenário de evolução consistente, com resultado superavitário, geração de caixa e crescimento de 33% nas receitas em relação ao exercício anterior. A posição de liquidez apresentou melhora substancial, com aumento de 2.660% no saldo de caixa em dois anos, além da constituição de capital de giro destinado a emergências e benfeitorias contínuas nas sedes sociais.

O Balanço Patrimonial de 2025 evidencia a consolidação da trajetória de reequilíbrio financeiro do Cruzeiro Esporte Clube – Associação. O ativo totaliza R$ 1,02 bilhão, com predominância de créditos a receber e expressiva liquidez no curto prazo. O passivo demonstra organização e transparência, especialmente no âmbito da Recuperação Judicial,

cujo Quadro Geral de Credores representa a maior parcela das obrigações. A estrutura patrimonial revela solidez, com imobilizado significativo e investimentos devidamente registrados. Os resultados confirmam a efetividade das medidas de gestão implementadas, reforçando a sustentabilidade econômico-financeira e a capacidade de continuidade operacional do Clube.

No âmbito operacional, destacam-se investimentos estruturais relevantes, que elevaram a qualidade dos ativos, a eficiência administrativa e a experiência dos associados:

- **Energia e Infraestrutura Elétrica**: modernização das subestações, adesão ao programa Energia Livre (economia superior a 25%), implantação do SPDA, novos sistemas de medição e melhorias hidráulicas e de drenagem.
- **Áreas Esportivas e Segurança**: revitalização de quadras e ginásios, reforma do ginásio do Barro Preto, implantação de sistemas de combate a incêndio (AVCB), regularização documental e ampliação da oferta esportiva, incluindo quadra de Beach Tennis.
- **Infraestrutura Geral e Identidade Visual**: criação de estacionamento, reformas em áreas sociais, modernização de equipamentos, reestruturação visual das sedes e execução de obras estruturais essenciais.
- **Modernização de Equipamentos e Sistemas Informatizados:** atualização e substituição de equipamentos operacionais e de apoio, visando maior eficiência e padronização. Implantação de plataformas de pagamento digital, sistema integrado de gestão de associados, aplicativo institucional, controle de acesso nas portarias, biometria e demais ferramentas de automação administrativa.
- **Revitalização de Bares e Restaurantes**: melhorias estruturais, funcionais e estéticas nos espaços de alimentação, com foco em modernização e melhor experiência ao usuário.

O exercício de 2025 consolida-se, assim, como um marco de inflexão positiva, demonstrando a efetividade das medidas de gestão adotadas. Observa-se o fortalecimento da estrutura operacional, a valorização dos ativos e a evolução contínua da sustentabilidade econômico-financeira do Clube.

A Administração entende que os avanços alcançados estabelecem bases sólidas para a continuidade operacional e para o crescimento sustentável nos exercícios subsequentes.

O aumento consistente das receitas, os exclutimentos contínuos em infraestrutura e o empenho na modernização e regularização do Clube demonstram que a administração atual não apenas enfrentou desafios históricos com firmeza, mas também estabeleceu condições sólidas para um futuro mais estável, sustentável e promissor.

A preservação desse modelo de gestão e a continuidade das práticas responsáveis adotadas serão essenciais para consolidar os resultados alcançados e assegurar que o Cruzeiro Esporte Clube permaneça como referência em tradição, qualidade e compromisso com seus associados.

Diante de todo o exposto, a atual gestão reforça seu compromisso com a transparência e a busca incansável por melhorias sólidas, e conta com a participação de todos àqueles que possam contribuir para que o Cruzeiro Esporte Clube – Associação, se torne, em um futuro próximo, um clube social de referência, com um crescimento forte e sólido dos seus esportes especializados, renovando a força da marca e a história do Clube.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2026.

LIDSON FARIA POTSCH MAGALHAES:04853741615

Assinado de forma digital por LIDSON FARIA POTSCH MAGALHAES:04853741615
Dados: 2026.05.13 14:10:55 -03'00'

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Lidson Faria Potsch Magalhães
Presidente

JOBSON NOGUEIRA DE ANDRADE:83655107668

Digitally signed by JOBSON NOGUEIRA DE ANDRADE:83655107668
Date: 2026.05.13 13:39:45 -03'00'

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Jobson Nogueira de Andrade
Superintendente Executivo Financeiro

DANUBIA DE SOUZA FIRMINO CRUZ:07810770608

Assinado de forma digital por DANUBIA DE SOUZA FIRMINO CRUZ:07810770608
Dados: 2026.05.13 13:26:48 -03'00'

Danubia de Souza Firmino
Contadora CRC /MG 09030809

PARECER AUDITORIA INDEPENDENTE

Cruzeiro Esporte Clube Em Recuperação Judicial

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações contábeis **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações dos resultados **8**

Demonstrações dos resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa **11**

Notas explicativas às Demonstrações contábeis **12**

Rua Orlando Moretzsohn, 82,
bairro buritis
Belo Horizonte/MG
+55 31 3347-5505

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Cruzeiro Esporte Clube em Recuperação Judicial.

Belo Horizonte -MG

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **Cruzeiro Esporte Clube em Recuperação Judicial**. ("Associação") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Cruzeiro Esporte Clube em Recuperação Judicial**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucro - ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e ITG 2003 (R2) – Entidades desportivas.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase

As demonstrações contábeis da Associação incluem saldos decorrentes de transações com parte relacionada, o Cruzeiro Esporte Clube – Sociedade Anônima do Futebol ("Cruzeiro SAF").

As contas representativas de ativos e passivos entre a Associação e a Cruzeiro SAF foram objeto de conciliação entre as partes. Como resultado, foi identificada uma diferença de R$ 96.162.039,25 entre os saldos reconhecidos pela Associação em relação àqueles registrados pelo Cruzeiro SAF. Tal divergência decorre, principalmente, dos seguintes aspectos:

Rua Orlando Moretzsohn, 82,
bairro buritis
Belo Horizonte/MG
+55 31 3347-5505

(i) Ativos e passivos comuns – Ativo da Associação está a maior do que o passivo da SAF. Diferença em 31/12/2025 no valor de R$ 570.666,81.

(ii) Valores reconhecidos no ativo da SAF (contas a receber) sem o correspondente passivo (contas a pagar) na Associação. Diferença em 31/12/2025 no valor de R$ 116.950.255,52. Esse saldo refere-se, principalmente a despesas gerais dos anos de 2022 e 2023, receita de sócio torcedor do ano de 2022, empréstimo Fundo Polo, custas processuais dos anos de 2022, 2023 e 2025, aportes diversos e pagamentos de salários do ano de 2022, repasses da Federação Mineira de futebol do ano de 2022, notas de crédito (lojas do Cruzeiro, licenciamentos e royalties do ano de 2022, acordos trabalhistas e empréstimos, receitas antecipadas de patrocínios e pay per view.

(iii) Valores reconhecidos no ativo da Associação (contas a receber) sem o correspondente passivo (contas a pagar) na SAF. Diferença em 31/12/2025 no valor de R$ 20.217.549,46. Referidos montantes decorrem, substancialmente, de parcelamentos tributários e outros compromissos de natureza similar.

Ressaltamos que nossa opinião não contém ressalvas em relação a esses temas, pois os documentos que suportam essas operações possibilitam interpretações distintas, todas amparadas por pareceres dos assessores jurídicos das partes, e que foram, dentro dos critérios adotados, contabilizadas integralmente. Adicionalmente, as partes permanecem em negociações buscando alinhar os critérios para regularização das diferenças apontadas nos itens (i) a (iii) acima, conforme descrito nas notas explicativas, parte integrante das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As Demonstrações contábeis do exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024, foram por nós auditadas, tendo sido emitido relatório datado de 24 de março de 2025, no qual expressamos opinião com ressalva relacionada à adoção de taxas fiscais para o cálculo da depreciação do ativo imobilizado, em desacordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado, que estabelece a utilização da vida útil econômica, conforme descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”.

No decorrer da auditoria do exercício corrente, recebemos evidência de que a entidade providenciou laudo técnico de avaliação da vida útil do ativo imobilizado, o qual fundamenta o cálculo e o reconhecimento contábil da depreciação em conformidade com o CPC 27 – Ativo Imobilizado. Dessa forma, foi sanada a condição que deu origem à ressalva anteriormente mencionada, não subsistindo, portanto, a necessidade de manutenção dessa ressalva no exercício atual.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Rua Orlando Moretzsohn, 82,
bairro buritis
Belo Horizonte/MG
+55 31 3347-5505

Na elaboração das Demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;

Rua Orlando Moretzsohn, 82,
bairro buritis
Belo Horizonte/MG
+55 31 3347-5505

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência incluindo quando aplicável as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando em circunstâncias extremamente raras determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de março de 2026.

Villela e Associados Auditoria e Consultoria S.S.

CRC MG - 7.189/O-2

Luis Guilherme Villela Alves

Contador CRC MG - 67.509/O-8

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS GUILHERME VILLELA ALVES
Data: 29/04/2026 12:55:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Bráulio Márcio Villela Alves

Contador CRC MG -71.053/O-5

gov.br Documento assinado digitalmente
BRAULIO MARCIO VILLELA ALVES
Data: 29/04/2026 12:38:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Cruzeiro Esporte Clube Em Recuperação Judicial

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	2.420	465
Contas a receber	**5**	886.483	952.928
Estoques	**6**	96	45
Tributos e encargos sociais a recuperar	**7**	1.158	1.544
Despesas antecipadas		31	18
Outros ativo circulantes		43	29
		890.231	**955.029**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Depósito Judicial	**8**	1.696	2.103
Investimento	**9**	22.920	22.920
Imobilizado	**10**	107.918	106.518
Intangível	**11**	60	60
		132.594	**131.601**
TOTAL DO ATIVO		**1.022.825**	**1.086.630**

	Notas	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	**12**	469	656
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**14**	1.155	777
Obrigações fiscais correntes	**15**	45	34
Obrigações fiscais parceladas	**15**	46.944	47.880
Contas a pagar	**13**	400.215	375.527
Receitas a apropriar	**16**	15.028	16.356
Outras contas a pagar		7.114	12.843
		470.970	**454.073**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações fiscais parceladas	**15**	192.659	218.662
Partes Relacionadas	**17**	5.393	4.945
Provisão para contingências	**18**	135.695	201.683
		333.747	**425.290**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**19**		
Patrimônio social		2.751	2.751
Ajuste de avaliação patrimonial		139.861	141.313
Superavit acumulado		75.496	63.203
		218.108	**207.267**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.022.825**	**1.086.630**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cruzeiro Esporte Clube Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	**20**	22.203	16.556
Custos das atividades		(7.177)	(7.904)
Resultado bruto		**15.026**	**8.652**
Despesas administrativas	**21**	(13.129)	(11.505)
Provisão para contingências	**18**	-	(89.223)
Despesas tributárias		(1.105)	(1.135)
Outras receitas (despesas) operacionais	**22**	17.163	256.780
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**17.955**	**163.569**
Receitas financeiras	**23**	44	52
Despesas financeiras	**23**	(7.158)	(4.241)
Resultado financeiro líquido		**(7.114)**	**(4.189)**
Superávit líquido do exercício		**10.841**	**159.380**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cruzeiro Esporte Clube Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	**10.841**	**159.380**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**10.841**	**159.380**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cruzeiro Esporte Clube Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Déficits/ Superávits Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.751**	**187.688**	**(142.552)**	**47.887**
Realização avaliação patrimonial	-	(46.375)	46.375	-
Superávit líquido do exercício			159.380	159.380
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.751**	**141.313**	**63.203**	**207.267**
Realização avaliação patrimonial	-	(1.452)	1.452	-
Superávit líquido do exercício	-	-	10.841	10.841
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.751**	**139.861**	**75.496**	**218.108**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cruzeiro Esporte Clube Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		**10.841**	**159.380**
Ajustes para:			
Depreciacão e Amortizacão	**10**	451	1.294
		11.292	**160.674**
(Aumento) redução nos ativos:			
Clientes	**5**	66.445	(256.892)
Estoques	**6**	(51)	(45)
Tibutos e encargos a recuperar	**7**	386	708
Despesas antecipadas		(13)	-
Depósitos judiciais		407	3
Outros ativos		(14)	531
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	**12**	(187)	411
Contas a pagar	**13**	24.688	5.826
Obrigações Tributárias	**15**	(26.928)	(10.585)
Obrigações Trabalhistas	**14**	378	21
Receitas a apropriar	**16**	(1.328)	(1.328)
Partes relacionadas	**17**	448	432
Outros Passivos		(5.729)	11.380
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**58.502**	**(249.538)**
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**69.794**	**(88.864)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - (Aplicações) Resgates	**10**		-
Baixa (aquisição) do imobilizado	**17**	(1.851)	(456)
Constituição/reversão de provisão para contingências		(65.988)	89.223
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		**(67.839)**	**88.767**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.955**	**(97)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	465	562
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	2.420	465
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.955**	**(97)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

O Cruzeiro Esporte Clube – Associação ("Clube") é uma entidade associativa sem fins lucrativos, fundada em 2 de janeiro de 1921, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo como finalidade a promoção de atividades sociais, culturais, esportivas e de lazer aos seus associados, bem como o desenvolvimento e difusão da prática esportiva em diversas modalidades.

Ao longo dos últimos anos, como já sabido, o Clube enfrentou relevante desequilíbrio econômico-financeiro, marcado pelo crescimento do endividamento e pela assunção de obrigações incompatíveis com sua capacidade de geração de receitas, as quais foram implementadas, a partir de 2021, medidas estruturantes de reequilíbrio, viabilizadas pela Lei nº 14.193/2021 (Lei da SAF), permitindo a reorganização das atividades e a reestruturação operacional.

O Clube ingressou em Recuperação Judicial em 2022, com plano aprovado em 2023 e execução regular desde então, garantindo previsibilidade e organização do passivo.

No exercício de 2024, observou-se a retomada da organização operacional, com foco exclusivamente para os clubes sociais os quais apresentam resultados positivos como crescimento relevante das receitas de associados (32%), expansão expressiva de eventos sociais (600%), evolução de parcerias e início da regularização de passivos operacionais, incluindo renegociação com a COPASA.

No exercício de 2025, consolida-se um cenário de evolução consistente, com resultado superavitário, geração de caixa e crescimento de receitas de 33% em relação ao exercício anterior.

A posição de liquidez apresentou melhora substancial, com crescimento de 2.660% no saldo de caixa em dois anos, aliado à constituição de capital de giro para emergências de qualquer natureza e possibilidade de benfeitorias constantes nas sedes sociais.

No âmbito operacional, destaca-se ainda a execução de importantes investimentos estruturais, que reforçam a qualidade dos ativos, eficiência operacional e experiência dos associados:

- Energia e Infraestrutura Elétrica e Água e Saneamento:

- Modernização das subestações de energia elétrica das duas sedes;

- Adesão ao programa Energia Livre, com economia superior a 25%;

- Implantação do SPDA e projetos elétricos estruturantes;

- Renegociação com a COPASA e implantação de novos sistemas de medição;

- Melhorias em sistemas hidráulicos, drenagem e casa de máquinas.

Áreas Esportivas e Segurança:

- Revitalização de quadras e ginásios, com melhorias completas de infraestrutura;

- Reforma do ginásio do Barro Preto, apto a competições de alto nível;

- Implantação e aprovação de sistemas de combate a incêndio (AVCB);

- Regularização documental dos imóveis;

- Ampliação da oferta esportiva, incluindo nova quadra de Beach Tennis.

Infraestrutura Geral e Identidade Visual:

- Criação de novo estacionamento e melhorias estruturais;

- Reformas em áreas sociais, incluindo restaurantes, banheiros e vestiários;

- Modernização de equipamentos e melhoria de eficiência energética;

- Reestruturação visual das sedes, fortalecendo identidade institucional;

- Execução de obras estruturais relevantes (muros, drenagem e coberturas).

Dessa forma, o exercício de 2025 consolida-se como um marco de inflexão positiva, evidenciando a efetividade das medidas de gestão, com fortalecimento da estrutura operacional, melhoria da qualidade dos ativos e evolução consistente da sustentabilidade econômico-financeira do Clube.

A Administração entende que os avanços observados indicam a construção de bases sólidas para a continuidade operacional e crescimento sustentável nos exercícios subsequentes.

2. Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

i) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), principalmente do CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e médias Empresas e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ITG 2002 (R1) Entidade sem fins de lucro e ITG 2003 (R2) Entidades Desportivas.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 24 de março de 2025.

ii) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Associação.

iii) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletirem a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. Quando o

pronunciamento contábil permite a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

b. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 - mensuração da depreciação pela vida útil do ativo imobilizado: principais premissas na determinação da vida útil.

3. Principais políticas contábeis

a. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Clube se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial das transações, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma NBC TG 48/IFRS 9, o Clube avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.
O Clube baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou se encerram ou quando assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Os ativos financeiros mantidos pelo Clube foram classificados como custo amortizado quando os ativos financeiros mantidos pelo Clube são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, deduzidos de qualquer redução quanto à perda do valor recuperável.
São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado. Nenhuma nova mensuração de ativos financeiros foi realizada.

Passivos Financeiros Não Derivativos

O Clube reconhece seus passivos financeiros inicialmente na data em que são originados e são reconhecidos pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Clube se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Clube baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas e, possui passivos financeiros não derivativos, tais como: fornecedores e contas a pagar.

Compensação de Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Clube tenha um direito legalmente aplicável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos

O Clube não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e tampouco com propósito de especulação.

Passivos financeiros

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.

b. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL - (*IMPAIRMENT*)

Ao final de cada exercício, a administração revisa o valor contábil líquido de seus ativos não financeiros, tais como imobilizado e intangível, com o objetivo de avaliar a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas atuais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi constituída provisão para impairment relacionada aos atletas contratados.

c. IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção.
São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação é iniciada a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso, calculadas com base no método de depreciação linear considerando as vidas úteis divulgadas na nota explicativa 10.

d. AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos monetários são ajustados por seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

e. TRIBUTOS

As associações são organizações que atuam em prol de interesse coletivo de determinado setor, tendo como uma das principais características a ausência de finalidade lucrativa, o que possibilita a aderência a benefícios tributários quando devidamente constituída e instruída.

Por essa razão são isentas do pagamento de alguns tributos, e, além deste grande benefício, outras vantagens são proporcionadas a essas entidades.

f. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Clube é uma sociedade civil sem fins econômicos, com organização e funcionamento autônomo fundada em janeiro de 1921 na cidade de Belo Horizonte – MG onde possui sede e foro com duração por tempo indeterminado. Na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" o Clube reconheceu em exercícios anteriores os efeitos da aplicação do custo atribuído sobre seus ativos fixos e propriedades para investimento. Em 2022 e 2023, o saldo não foi realizado mensalmente pela depreciação e ou baixa dos ativos que lhe deram origem conforme ICPC 10. Na rubrica "Déficit acumulado" estão refletidos os déficits acumulados líquidos de superávits desde a constituição do Clube.

g. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, principalmente.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Os efeitos do desconto de ativos e passivos previamente ajustados a seu valor presente são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

h. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Associação, estão descritas a seguir. A Associação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações contábeis	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiaria sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado	Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.	01/01/2025

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção da norma listada acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Associação em períodos futuros.

i) Isenção Tributária

O Clube é uma associação sem fins lucrativos que explora o desporto em nível amador e goza de isenções para os seguintes tributos: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSL) (artigos nº 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o artigo nº 195 da Constituição Federal); (ii) Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03); (iii) Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97); (iv) Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (recolhimentoda quota patronal à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento e 5% sobre a receita bruta); e, (v) Imposto sobre Serviço (ISS) exceto sobre a receita de bilheteria que incide uma alíquota de 2%.

Todas as receitas de suas atividades sociais, ou mesmo o superávit é utilizado na própria atividade da associação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representam as disponibilidades da Associação, composto por:

	2025	2024
Caixa	23	15
Bancos conta movimento	2.303	365
Aplicações liquidez diária	94	85
	2.420	**465**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa acomoda o saldo em moeda corrente (numerário em caixa), saldos bancários e aplicações de liquidez imediata.

5. Contas a receber

Os recebíveis em 31/12/2025 são compostos como segue:

	2025	2024
Recurso Recuperação Judicial	667.276	714.578
Venda Tocas 1 e 2	218.167	236.742
Outras Contas a Receber	1.040	1.608
(-) PECLD	-	-
	886.483	**952.928**

O grupo de "Contas a Receber" do Cruzeiro-Associação é composto, majoritariamente, (i) pelo Recurso da Recuperação Judicial a ser repassado pelo Cruzeiro- SAF e (ii). pelo ativo relacionado ao reconhecimento da transferência dos centros de treinamento (Toca da Raposa I e Toca da Raposa II) ao Cruzeiro-SAF, conforme Promessa de Compra e Venda firmada entre as partes em 27/05/2022.

Conforme descrito no referido documento, em contrapartida à compra e venda da Toca Raposa I e Toca da Raposa II, o Cruzeiro-SAF assumirá a obrigação de disponibilizar à Associação os recursos para pagamento da dívida tributária que foi parcelada no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos ("PERSE"), conforme Termo de Transação Individual Relativo ao PERSE, e o Termo de Transação Individual de Débitos do FGTS, celebrados com a PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional (ambos instrumentos serão de agora em diante denominados em conjunto "Parcelas PERSE"). O Preço dos Imóveis está constituído como o valor total das Parcelas PERSE, deduzido dos descontos concedidos pela PGFN. Em virtude do acordado, a partir da data de assinatura desta Promessa, todas as Parcelas PERSE serão pagas pelo Cruzeiro-SAF, por conta e ordem do Cruzeiro-Associação, o que abaterá o saldo "a receber" pela transação dos imóveis.

6. Estoques

Os estoques são compostos como segue:

	2025	2024
Estoques de terceiros -equipamentos de locação	96	45
	96	**45**

7. Tributos e encargos sociais a recuperar

Os impostos a recuperar em 31/12/2025 apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
INSS retido s/faturamento	23	23
PIS/COFINS/CSLL	4	3
IRRF	70	62
Retenção Timemania	1.061	806
ISS	-	650
	1.158	**1.544**

8. Depósito Judicial

O Clube é parte envolvida em processos de natureza trabalhista e tributária dentre outras discutidas em juízo. Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recursos nos termos da lei. Apesar de estar em andamento o seu processo de Recuperação Judicial, o Cruzeiro-Associação não é isento de arcar com as custas processuais das ações legais em que foi arrolado como réu.

	2025	2024
Trabalhista	1.411	1.411
Tributário	156	156
Cível	-	-
	1.567	**1.567**
Bloqueio Judicial	129	536
	1.696	**2.103**

9. Investimento

O saldo de investimento em 31/12/2025 apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Cruzeiro Esporte Clube SAF	22.920	22.920
	22.920	**22.920**

Em 07 de abril de 2022, foi celebrado um Acordo de Investimento entre o Cruzeiro Esporte Clube – Associação e a empresa Tara Sports Brasil Ltda., por meio do qual esta última comprometeu-se a realizar aportes financeiros no Cruzeiro SAF (Sociedade Anônima do Futebol), em contrapartida à aquisição de 90% (noventa por cento) do capital social total da referida sociedade. Tal operação representou a transferência da gestão do departamento de futebol profissional para a nova estrutura societária, com o objetivo de viabilizar a reestruturação financeira e a profissionalização da gestão esportiva.

10. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado:

Custo

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo							
Em 1º de janeiro de 2024	92.975	53.510	2.238	746	608	1.069	**151.146**
Adições:	-	134	125	197	-	-	**456**
Baixas:	-	-	-	-	(608)	-	**(608)**
Transferências:	-	-	-	-	-	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2024	**92.975**	**53.644**	**2.363**	**943**	**-**	**1.069**	**150.994**
Custo							
Em 1º de janeiro de 2025	92.975	53.644	2.363	943	-	1.069	**150.994**
Adições:	-	1.000	57	134	-	-	**1.191**
Baixas:	-	-	-	-	-	-	**-**
Transferências:	-	30	-	-	-	(30)	**-**
Em 31 de dezembro de 2025	**92.975**	**54.674**	**2.420**	**1.077**	**-**	**1.039**	**152.185**

Depreciação:

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Depreciação - Taxas		2,5% a.a	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.		
Em 1º de janeiro de 2024		(40.657)	(1.836)	(689)	(608)	-	**(43.791)**
Adições:		(98)	(1.184)	(12)	-	-	**(1.294)**
Baixas:		-	-	-	608	-	**608**
Transferências:		-	-	-	-	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2024		**(40.755)**	**(3.020)**	**(701)**	**-**	**-**	**(44.476)**
Depreciação - Taxas		2,5% a.a	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.		
Em 1º de janeiro de 2025		(40.755)	(3.020)	(701)	-	-	**(44.476)**
Adições:		(367)	(60)	(24)	-	-	**(451)**
Baixas:		-	660	-	-	-	**645**
Transferências:		-	-	-	-	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2025		**(41.122)**	**(2.420)**	**(725)**	**-**	**-**	**(44.267)**
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2024	**92.975**	**12.889**	**(657)**	**242**	**-**	**1.069**	**106.518**
Em 31 de dezembro de 2025	**92.975**	**13.552**	**-**	**352**	**-**	**1.039**	**107.918**

11.Intangível

Os ativos intangíveis registrados tratam-se de licenças de uso de software, marcas e patentes e suas respectivas amortizações

	2025	2024
Marcas e Patentes	60	60
Softwares	1.096	1.096
	1.156	**1.156**

Amortização

	2024	2023
Softwares	(1.096)	(1.096)
	(1.096)	**(1.096)**
	60	**60**

12.Fornecedores

Os saldos de fornecedores em 31/12/2025 é composto por:

	2025	2024
Fornecedores Nacionais	469	656
	469	**656**

O saldo refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades e corresponde a 16 dias de prazo médio de pagamento.

13.Contas a pagar

As obrigações fiscais parceladas são compostas como segue:

	2025	2024
Recuperação judicial	400.215	375.527
	400.215	**375.527**
Circulante	400.215	375.527
Não circulante	-	-
	400.215	**375.527**

(a) Recuperação judicial contempla uma provisão (conta redutora no passivo) de abatimento a serem aplicados em um prazo superior a 10 anos. As premissas do desconto (Haircut) poderão mudar com o tempo e, desta forma, não se confirmarem.

	2025	2024
Quadro Geral de Credores	500.978	476.290
(-) Haircut	(100.763)	(100.763)
	400.215	**375.527**

Os valores correspondentes às obrigações decorrentes do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), estão registrados nas demonstrações Contábeis com base nos pagamentos realizados e nas melhores estimativas na data de fechamento.

O montante apresentado carece de projeção da interpretação de cláusulas específicas do PRJ, no que tange aos critérios de atualização monetária e encargos financeiros incidentes sobre o saldo devedor.

Dessa forma, o valor atual reflete interpretação provisória, estando sujeito a reavaliações e ajustes prospectivos em conformidade com as normas contábeis de estimativas e incertezas (CPC 23 / IAS 8).

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

As obrigações trabalhistas e previdenciárias são compostas como segue:

	2025	2024
Salários a pagar	217	199
Encargos	249	133
Provisões de férias	494	445
Acordos e obrigações trabalhistas	195	-
	1.155	**777**

15. Obrigações fiscais correntes e parceladas

15.1 As obrigações fiscais correntes são compostas como segue:

	2025	2024
ISS sobre prestadores de serviços	12	6
INSS sobre prestadores serviços	4	4
IRRF sobre prestadores de serviços	7	5
PIS COFINS	22	16
RPA	-	3
	45	**34**

15.2 As obrigações fiscais parceladas são compostas como segue:

	2025	2024
Timemania	242	3.319
Municipal	4.368	10.620
Federal	229.967	244.823
Estadual	863	47
PROFUT	4.163	7.733
	239.603	**266.542**
Circulante	46.944	47.880
Não circulante	192.659	218.662
	239.603	**266.542**

15.3 Parcelamentos Federais

Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)
Em 2022 o Cruzeiro-Associação aderiu ao PERSE, conforme Portaria PGFN nº 7917, de 02 de julho de 2021. Tal programa equalizou a dívida fiscal do clube que estava inscrita em dívida ativa até dezembro de 2021, que equivalia ao valor mais significativo que o Clube tinha acerca da dívida tributária. Essa transação conferiu descontos em multa e juros proporcionais à capacidade de pagamento do contribuinte. No caso dos demais débitos, o saldo da dívida foi dividido em 139 parcelas, das quais, foram pagas 43 parcelas até 31/12/2025. Quanto aos débitos previdenciários, a dívida foi dividida em 54 parcelas, das quais, 43 foram pagas até 31/12/2025.

Receita Federal do Brasil
No âmbito da Receita Federal do Brasil, o Cruzeiro-Associação manteve os seguintes parcelamentos ativos em 2024:

- Parcelamento no. 02110001200016775712269, aderido em 09 de fevereiro de 2022, referente a valores de contribuições sociais. Foram pagas, até o momento, 35 parcelas de um total de 60. Parcelamento n 02110001200017776842220, aderido em 09 de fevereiro de 2022, referentes a valores de imposto de renda (IRRF). Foram pagas, até o momento, 47 parcelas de um total de 60.
- Em 18 de agosto de 2021, também foi parcelado o processo de nº 15504-418345/2021 55, referente a débitos de IRRF e PIS. Foram pagas, até o momento, 58 parcelas de um total de 60.
- Parcelamento n 639760856, aderido em 19 de agosto de 2021, refere-se a valores previdenciários, negociado em 60 vezes, conforme RFB - Lei 10.522/2002 Simplificado Empresa em Geral ainda restando 7 parcelas a pagar.
- Parcelamento no 02110001200287246672388, aderido em 23 de março de 2023, referente a valores de IR, PIS/COFINS/CS (2020, 2013, 2018). Foram pagas, até o momento, 34 parcelas de um total de 60.
- Parcelamento no 02110001200243788872373, aderido em 03 de outubro de 2023, referente a valores de IRRF, PIS/COFINS/CS (PJ) Junho e julho 2022. Foram pagas, até o momento, 27 parcelas de um total de 60.
- Parcelamento no 02110001200184827572388, aderido em 07 de fevereiro de 2023, referente a valores de INSS retido de prestação de serviço (outubro e dez/21, fevereiro, abril, maio e julho/22). Foram pagas, até o momento, 25 parcelas de um total de 60.

- Parcelamento do EDITAL nº 3 DEMAIS DEBITOS 8001858 (40%), aderido em 12 de maio de 2023, referente a valores de IRRF, PIS/COFINS/CS, PIS/folha, Multa CLT. Foram pagas, até o momento, 32 parcelas de um total de 84.
- Parcelamento do EDITAL nº 3 PREVIDENCIARIOS 7991851 (55%), aderido em 10 de maio de 2023, referente a valores de débitos previdenciários. Foram pagas, até o momento, 32 parcelas de um total de 60.
- Parcelamento PGFN PIS s/Folha, aderido em 20 de Julho de 2023, referente a valores de PIS s/Folha. Foram pagas, até o momento, 30 parcelas de um total de 84.
- Parcelamento LEI Nº 11.345, DE 14/09/2006 Decreto 6.187, de 14/08/2007 Timemania, aderido no ano de 2017, referente a valores de previdência social. Foram pagas, até o momento, 219 parcelas de um total de 240.

FGTS
O Cruzeiro possui dois parcelamentos ativos junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativos a débitos de FGTS.

- O primeiro, de no 2007007629, foi firmado em 08 de outubro de 2017 e está vinculado ao repasse dos recursos provenientes do Timemania;
- e o segundo, de no. 2022003573 (Profut) foi firmado em 13 de abril de 2022.

15.4 Parcelamentos Municipais

No âmbito Municipal, o Cruzeiro-Associação manteve os seguintes parcelamentos ativos em 2024:

- Parcelamento 2920280/2021, aderido em 23 de dezembro de 2021, referente a valores de IPTU e TFLF. Foram pagas, até o momento, 49 parcelas de um total de 83.
- Parcelamento 1103939/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de TFLF. Foram pagas, até o momento, 48 parcelas de um total de 34.
- Parcelamento 1103943/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de TFLF. Foram pagas, até o momento, 48 parcelas de um total de 34.
- Parcelamento 1103969/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de TFS. Foram pagas, até o momento, 48 parcelas de um total de 47.
- Parcelamento 1103979/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de TFS. Foram pagas, até o momento, 48 parcelas de um total de 47.
- Parcelamento 1125571/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de IPTU. Foram pagas, até o momento, 48 parcelas de um total de 59.
- Parcelamento 1125577/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de IPTU. Foram pagas, até o momento, 48 parcelas de um total de 59.
- Parcelamento 46162/2023 Programa Estamos Juntos, aderido em 11 de julho de 2023, referente a valores de IPTU, TFS e Taxa de Lixo. Foram pagas, até o momento, 30 parcelas de um total de 179.
- Parcelamento Ordinário 1907891/2023, aderido em 11 de julho de 2023, referente a valores de IPTU, TFS e Taxa de Lixo. Foram pagas, até o momento, 30 parcelas de um total de 59.
- Parcelamento ISSQN 1722926/2023, aderido em junho de 2023, referente a valores de ISSQN retenção na fonte de prestadores de serviços. Foram pagas, até o momento, 40 parcelas de um total de 59.

16.Receitas a apropriar

A composição das receitas a apropriar é como segue:

	2025	2024
Locação e outros contratos	15.028	16.356
	15.028	**16.356**

As receitas a apropriar referem-se essencialmente a aos valores antecipados pelo Cruzeiro (SAF) em competências anteriores referentes aos contratos de patrocínios e locação. Estas receitas são apropriadas conforme vigência do contrato mediante prestação dos serviços celebrados.

17.Partes relacionadas

A composição do mútuo com partes relacionadas é como segue:

	2025	2024
Adiantamento Crédito Futuro - Receitas SAF	5.393	4.945
	5.393	**4.945**

Os valores registrados nessa conta referem-se a parcelamento municipais pagos pelo Cruzeiro SAF que deverão ser ressarcidos à SAF.

18.Provisão para contingências

Conforme definição dada no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, todas as provisões são contingentes por existir um grau de incerteza quanto ao seu valor e tempo. A contingência passiva ou ativa não é reconhecida por depender da confirmação da existência no presente de uma obrigação que possa acarretar uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou obrigações presentes que, não seja provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidação da obrigação ou não é possível realizar uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O mesmo pronunciamento define como provisões aquelas obrigações presentes que são provenientes de eventos passados, é provável uma saída de recursos financeiros que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação e que haja confiabilidade na estimativa do valor da obrigação. O pronunciamento define ainda, em seu item 86 que, ao menos que o prognóstico de desembolso na liquidação seja remoto, a entidade deve ao menos divulgar uma breve descrição da natureza do passivo contingente e se praticável uma estimativa confiável do seu efeito financeiro, a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ao momento da ocorrência de qualquer saída, bem como a possibilidade de qualquer desembolso.

Dada a aprovação da Recuperação Judicial, a contabilidade do Cruzeiro Associação, juntamente ao jurídico do Clube, encarregou-se atualizar os controles dos processos em discussão judicial e

refletir no balanço a posição real quanto às contingências provisionadas. Seguem os saldos das contingências provisionadas em 2025 e 2024:

	2025	2024
Trabalhistas	105.451	144.161
Cíveis	30.244	57.522
Tributárias	-	-
	135.695	**201.683**

19. Patrimônio líquido

O Clube é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com organização e funcionamento autônomo fundada em janeiro de 1921 na cidade de Belo Horizonte – MG onde possui sede e foro com duração por tempo indeterminado.

Na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" o Clube reconheceu em exercícios anteriores os efeitos da aplicação do custo atribuído sobre seus ativos fixos e propriedades para investimento. Em 2024 e 2025, o saldo não foi realizado mensalmente pela depreciação e ou baixa dos ativos que lhe deram origem conforme ICPC 10.

Na rubrica "Déficit acumulado" estão refletidos os déficits acumulados líquidos de superávits desde a constituição do Clube.

20. Receita líquida

A composição da receita recorrente do ano de 2025 segue discriminada:

	2025	2024
Associados escolinhas	15.583	12.695
Eventos sociais	1.324	195
Parcerias	1.197	204
Timemania	1.706	1.344
Outras receitas	2.429	110
Aluguel	-	2.008
(-) Deduções de Vendas	(36)	-
	22.203	**16.556**

Associados/Escolinhas: em 2025, as receitas recorrentes do Cruzeiro-Associação ficaram a cargo daquelas provenientes dos Clubes Sociais, majoritariamente mensalidade dos associados e da Escola de Esportes.

21.Despesas administrativas

Em 2025 e 2024, as despesas se resumem aos gastos operacionais do Clube e com administração judicial:

	2025	2024
Remuneração Pessoal sem vínculo empregatício	(13)	(21)
Prestação de serviços	(1.855)	(3.506)
Despesas com eventos internos	(766)	(110)
Despesas Esportivas	(28)	(43)
Despesas com administração judicial	(3.276)	(1.445)
Energia elétrica	(912)	(785)
Água e esgoto	(1.214)	(1.081)
Outras despesas	(5.065)	(4.514)
	(13.129)	**(11.505)**

22.Outras receitas (despesas) operacionais

	2025	2024
Auxílio Financeiro (a)	16.348	308.254
Compensação de passivo (compensação RJ) (b)	-	(51.313)
Perdas PCLD	-	(749)
Vendas de ativos não circulantes	-	588
Receitas Diversas	815	-
	17.163	**256.780**

(a) Auxílio financeiro proveniente da SAF para cumprimento das obrigações de pagamento da Recuperação Judicial.

(b) Novos credores no Quadro Geral de Credores (QGC), habilitados durante o ano de 2024, bem como foram incorridas custas com Administradores Judiciais. Também foram processados alguns ajustes de passivo, para adequação dos saldos contábeis em contrapartida a conta de compensação de RJ.

23.Resultado financeiro

	2025	2024
Receita financeira		
Rendimento aplicação financeira	16	41
Descontos obtidos	28	11
	44	**52**
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre dívida	(7.082)	(653)
Juros sobre empréstimos	(6)	(3.588)
Tarifas bancárias	(70)	-
	(7.158)	**(4.241)**
	(7.114)	**(4.189)**

24.Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

	Nota	Custo amortizado 31/12/2025	Valor em 31/12/2025	Custo amortizado 31/12/2024	Valor em 31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	2.420	2.420	465	465
Total ativo		**2.420**	**2.420**	**465**	**465**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	**12**	469	469	656	656
Total passivo		**469**	**469**	**656**	**656**

A Associação apresenta prazos médios de pagamentos curtos e mantém suas disponibilidades em bancos de rating elevado, por esses motivos as variações do Custo Amortizado para Valor Justo em Caixa e bancos e Fornecedores foram considerados imateriais.

b) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Associação participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

(i) Risco de crédito

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2025, a Associação detinha caixa e equivalentes de caixa de R$ 94 mil (R$ 85 mil em 2024) e Títulos e Valores Mobiliários R$ 7 mil (R$ 6 mil em 2024) os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

O Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem o rating abaixo, baseado em agências classificação de risco:

Instituições financeiras	Rating	Agência
SANTANDER	AAA(bra)	Fitch
BMP/ MONEY PLUS	Não classificada (*)	Fitch
SICOOB	AAA(bra)	Fitch
CEF	AAA(bra)	Fitch

(*) Fintech

(ii) Risco de liquidez

A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. A Associação busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante superior às saídas de caixa para um período de 16 dias rolante.

A seguir estão listados os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

2025	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	469	-	-	-	469
	469	**-**	**-**	**-**	**469**

(iii) Risco das taxas de juros

A Associação está sujeita às variações nas taxas de juros, as quais afetam seus ativos e passivos e podem incorrer em perdas econômicas. Visando a proteção destes ativos e passivos financeiros, a Associação monitora continuamente as taxas de juros no mercado, e quando necessário, avalia estratégias que permitam maior proteção quanto a volatilidade destas taxas.

Com base no Boletim Focus do Banco Central de 23 de fevereiro de 2026, considerando a Mediana - Agregado, a Associação estima que ao final do período o CDI será 11,75% a.a.

Nestes termos, foi efetuada a análise de sensibilidade dos efeitos das variações destes índices no resultado da Associação, em três cenários:

	Nota	Valor Exposto	Cenário I CDI 11,75%	Cenário II Alta 25% CDI 14,69%	Cenário III Alta 50% CDI 17,63%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	2.420	284	355	427
		2.420	**284**	**355**	**427**
Total ativo		**2.420**	**284**	**355**	**427**
Exposição líquida		**2.420**	**284**	**355**	**427**

25.Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes até a data de autorização destas demonstrações que requeiram ajustes ou divulgação adicional. A administração continuará avaliando potenciais impactos de eventos futuros conforme necessário.

* * *

PARECER
CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Os membros do Conselho Fiscal do Cruzeiro Esporte Clube, no regular exercício das atribuições estatutárias e regimentais que lhes são conferidas, procederam à análise das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Após o exame do conjunto documental disponibilizado, bem como considerados os esclarecimentos posteriormente prestados e o contexto institucional no qual se insere o exercício em análise, emitem o presente parecer, nos termos a seguir expostos.

1. BREVE CONTEXTO

O exercício de 2025 ainda reflete os desdobramentos do processo de reorganização institucional e econômico-financeira em curso, marcado por medidas estruturantes voltadas à preservação da entidade, à continuidade de suas atividades e ao equacionamento de passivos históricos.

Nesse cenário, este Conselho Fiscal entende oportuno reafirmar a relevância dos princípios da segurança jurídica, da boa-fé objetiva e do respeito ao ato jurídico perfeito, especialmente no que concerne aos instrumentos regularmente celebrados em contexto excepcional e que contribuíram para a manutenção das atividades do Clube.

Por isso, reitera-se, parcialmente, passagem do Parecer referente ao exercício de 2024, na qual foram destacados dois pontos de atenção relacionados ao Cruzeiro SAF: (1) valores referentes à Recuperação Judicial; (2) transações das Tocas 1 e 2.

Conforme consignado no Parecer do último ano, vale registrar e reiterar mais uma vez que "*esses pontos se encontram devidamente aperfeiçoados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e aprovadas por este Conselho, considerando que a SAF assumirá as obrigações decorrentes da Recuperação Judicial, e que as transações da Tocas respaldam a negociação de passivos, especialmente junto à Procuradoria da Fazenda Nacional. Em outras palavras, com relação a esses dois aspectos, restaram concretizados atos jurídicos perfeitos, diante das aprovações conferidas em Assembleias anteriores*."

2. REGISTRO POSITIVO QUANTO AO ACOLHIMENTO DE RECOMENDAÇÕES NO PARECER DE 2025

Este Conselho Fiscal reputa importante consignar, de forma expressa, que observações, recomendações e ressalvas formuladas em exercícios anteriores foram consideradas pela administração ao longo de 2025.

Tal circunstância evidencia postura institucional madura, dialógica e comprometida com a melhoria contínua dos processos internos, demonstrando que o sistema de controles estatutários pode e deve funcionar de forma colaborativa, sem prejuízo da independência entre os órgãos.

Merece destaque, nesse ponto, a superação de ressalva anteriormente apontada em relação aos critérios de depreciação do ativo imobilizado, providência técnica reconhecida no relatório/parecer da auditoria independente do presente exercício, assinado pelo Vilela e Associados.

3. BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2024 E 2025

A análise comparativa entre os exercícios sociais de 2024 e 2025 revela cenário de continuidade do processo de estabilização institucional, ainda que subsistam desafios relevantes.

3.1. Resultado do exercício

Em 2024, a entidade apurou superávit aproximado de R$ 159 milhões. Em 2025, foi apurado superávit da ordem de R$ 10,8 milhões.

Embora inferior ao exercício anterior, o resultado de 2025 permaneceu positivo, o que merece registro favorável, especialmente em ambiente ainda marcado por passivos históricos e restrições financeiras.

Sob a perspectiva exclusiva da Associação, considerada em sua autonomia patrimonial e operacional em relação à SAF, as demonstrações contábeis revelam evolução economicamente consistente no exercício de 2025. A **receita líquida total** passou de aproximadamente **R$ 16,56 milhões em 2024 para R$ 22,20 milhões em 2025**, representando **crescimento de cerca de 34,1%**, indicador relevante de fortalecimento das fontes próprias de arrecadação vinculadas ao quadro social, contribuições associativas, atividades esportivas, eventos etc. É importante registrar que houve pequena redução de custos em 2025, em comparação com 2024.

No mesmo período, as **despesas administrativas** evoluíram de aproximadamente **R$ 11,50 milhões para R$ 13,13 milhões**, correspondendo a acréscimo de cerca de 14,1%**,** percentual sensivelmente inferior ao crescimento das receitas. Mesmo consideradas outras rubricas operacionais e financeiras, verifica-se que a expansão dos dispêndios ocorreu em patamar compatível com a ampliação das atividades, recomposição operacional e manutenção da estrutura associativa.

Entende-se como salutar esse comportamento, posto que evidencia gestão equilibrada, na medida em que o aumento de despesas não se mostrou desproporcional, podendo ser compreendido, em grande parte, como investimento necessário à preservação, ao funcionamento e ao desenvolvimento das atividades institucionais. Como consequência, a Associação encerrou o exercício com **superávit aproximado de R$ 10,8 milhões**, reforçando o diagnóstico de sustentabilidade econômico-financeira no período analisado.

3.2. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido evoluiu de aproximadamente **R$ 207 milhões para R$ 218 milhões**, demonstrando preservação patrimonial e incorporação do resultado positivo do exercício.

3.3. Disponibilidades financeiras

As disponibilidades de caixa e equivalentes passaram de cerca de **R$ 465 mil para R$ 2,42 milhões**, indicando melhora da liquidez imediata.

3.4. Contingências

A provisão para contingências foi reduzida de aproximadamente **R$ 201,7 milhões para R$ 135,7**

milhões, variação de grande relevância patrimonial, cuja adequada sustentação técnica deve seguir sendo acompanhada.

3.5. Passivos parcelados

Persistem obrigações fiscais parceladas em valores relevantes, o que demonstra que o processo de equalização do passivo segue em curso e demanda vigilância contínua.

4. DESTAQUES/QUESTIONAMENTOS FORMULADOS POR ESTE CONSELHO E ESCLARECIMENTOS PRESTADOS

No curso dos trabalhos, os membros deste Conselho Fiscal deliberaram pela formulação de questionamentos adicionais sobre temas considerados sensíveis e relevantes para adequada compreensão das demonstrações contábeis.

Foram solicitados esclarecimentos, especialmente, quanto aos seguintes pontos:

4.1. Despesas financeiras e encargos

Diante da expressividade dos valores registrados, buscou-se esclarecimento acerca da origem e da natureza das despesas financeiras lançadas no exercício.

A administração informou que tais valores decorrem, substancialmente, da atualização monetária, dos juros e das multas incidentes sobre parcelamentos vigentes, representando adequação contábil dos respectivos saldos devedores.

4.2. Relação contábil entre Associação e SAF

Também foram requeridos esclarecimentos acerca das contas mantidas entre Associação e SAF, inclusive divergências de saldos apontadas no relatório de auditoria independente.

A administração esclareceu a existência de diferenças históricas relacionadas a distintas interpretações jurídicas e contábeis quanto a obrigações, receitas, repasses e responsabilidades entre as partes, informando que permanecem em curso tratativas de conciliação.

É um ponto que merece maior reflexão e atenção, tal como destacado pelo auditor independente.

Por outro lado, na relação SAF-Associação, vale destacar que o processo de reestruturação financeira da Associação vem produzindo resultados concretos, inclusive com o regular cumprimento das obrigações assumidas no âmbito da recuperação judicial e dos parcelamentos/transações, que continuam vigentes.

As demonstrações contábeis indicam que o **passivo total exigível** foi reduzido de aproximadamente **R$ 879,4 milhões em 2024 para R$ 804,7 milhões em 2025**, representando diminuição de cerca de **R$ 74,6 milhões** em apenas um exercício.

De igual modo, as **obrigações fiscais parceladas** recuaram de aproximadamente **R$ 266,5 milhões para R$ 239,6 milhões**, evidenciando amortização real de passivos históricos.

Também as provisões para contingências foram reduzidas em cerca de **R$ 66 milhões**.

4.3. Contingências

A propósito, quanto às contingências, que foi mencionado no parágrafo anterior, foi igualmente solicitada manifestação acerca da movimentação relevante das provisões para contingências no exercício.

A administração apresentou informações complementares sobre o tema, reputadas suficientes para a presente deliberação, sem prejuízo do monitoramento contínuo dessa rubrica em exercícios futuros.

Em síntese, restou esclarecido que processos transitaram em julgado, acordos foram realizados etc.

Assim, considerando o vultuoso passivo que ainda existe, mas que tem sido reestruturado, não se pode olvidar que as variações de contingências, tal como destacamos, são inerentes ao processo.

No entendimento deste Conselho Fiscal, os esclarecimentos prestados mostraram-se satisfatórios para fins deliberativos.

5. RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2025 vieram acompanhadas de relatório de auditoria independente contendo **opinião sem ressalvas**, circunstância relevante sob a ótica da regularidade formal das peças examinadas.

Sem prejuízo disso, permanece necessária a continuidade do aprimoramento dos controles internos, das rotinas de conciliação e dos fluxos de governança

6. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, considerando:

- o conjunto documental examinado;
- a evolução institucional observada no exercício;
- o acolhimento de recomendações formuladas anteriormente;
- a manutenção de resultado positivo em 2025;
- os esclarecimentos adicionais tempestivamente prestados;
- e o parecer da auditoria independente sem ressalvas;

Os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à aprovação das contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, sem ressalvas, com as seguintes recomendações:

Recomendações

1. prosseguimento da conciliação contábil entre Associação e SAF buscando, o quanto antes, uniformização de entendimento, sempre que possível;
2. monitoramento permanente das contingências judiciais, cíveis, trabalhistas e tributárias;

3. manutenção da transparência e tempestividade no fornecimento de documentos aos órgãos estatutários;
4. aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de governança, controles internos e planejamento financeiro.

Por fim, este Conselho Fiscal registra que a atuação harmônica entre administração e órgãos estatutários de fiscalização, com independência técnica e respeito institucional, constitui elemento essencial para o fortalecimento do Cruzeiro Esporte Clube, a preservação de seu patrimônio e o cumprimento de suas finalidades sociais e esportivas.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2026.

JOAO PAULO FANUCCHI DE ALMEIDA MELO:05685557671
Assinado de forma digital por JOAO PAULO FANUCCHI DE ALMEIDA MELO:05685557671
Dados: 2026.04.29 15:09:09 -03'00'

João Paulo Fanucchi de Almeida Melo
Presidente do Conselho Fiscal

gov.br
Documento assinado digitalmente
HUMBERTO AMARO BATISTA
Data: 12/05/2026 16:02:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Humberto Amaro Batista
Conselheiro Fiscal Titular

SILVERIO PAPA FERREIRA:13485610682
Assinado digitalmente por SILVERIO PAPA FERREIRA:13485610682
DN: cn=SILVERIO PAPA FERREIRA:13485610682, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5
Data: 2026.04.30 08:42:35 -03'00'

Silvério Papa Ferreira
Conselheiro Fiscal Titular